

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

CURRÍCULO «GERONTO-DIGITAL» : OS IDOSOS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Henrique Gil, Escola Superior de Educação - IPCB
Centro de Administração e Políticas Públicas – UTL, Castelo Branco, Portugal
hteixeiragil@ipcb.pt

Fausto Amaro, Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – UTL, Lisboa, Portugal
famaro@iscsp.utl.pt

Resumo: A presente comunicação pretende evidenciar a necessidade de se criar um «Currículo Digital de 3ª Geração» para que inclua os idosos na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Para o efeito, serão apresentadas as principais iniciativas da União Europeia e de Portugal, em particular, relacionadas com a promoção da utilização das TIC pelos cidadãos mais idosos. Tendo em consideração o incremento do envelhecimento no seio da União Europeia e também a realidade de Portugal, torna-se urgente discutir e reflectir acerca de quais as medidas que se devem implementar para que os idosos deixem de ser um grupo de cidadãos info-excluídos. Neste sentido, a criação de condições para o envolvimento dos idosos na utilização de meios tecnológico/digitais deverão constituir uma prioridade como forma de proporcionar um adequado envelhecimento activo.

Palavras-Chave: TIC; Idosos; Envelhecimento activo; União Europeia; Portugal.

Abstract: This paper aims highlight the need to create a 'Geronto-Digital Curriculum' to include the elderly in the Information Society and Knowledge. For this purpose, it will be presented the main initiatives of the European Union and Portugal, in particular related to the promotion of ICT use by senior citizens. Taking into account the increase of aging within the European Union and also the similar reality of Portugal, it is urgent to discuss and reflect about what measures should be implemented so that the elderly are no longer a group of citizens e-excluded. In this sense, the creation of conditions for the involvement of older people in using media technology / digital should be a priority in order to provide adequate active aging.

Keywords: ICT; Elderly; Active ageing; European Union; Portugal.

Iniciativas da União Europeia e de Portugal: As TIC e os Idosos

Declaração Ministerial de Riga

A Declaração de Riga foi aprovada em Junho de 2006 numa Cimeira Interministerial relacionada com «*ICT for an inclusive society*», no âmbito da Comissão Europeia. Esta Declaração teve a sua aprovação na sequência e como consequência de vários pressupostos: a) O reconhecimento que as TIC representam uma importante alavanca para o crescimento e para a criação de novos empregos e que representam ainda um contributo aproximado de 50% no índice de produtividade no seio da União Europeia. Este elevado índice é o resultado da utilização e da presença das TIC nos mais diversos sectores produtivos e que poderão ser um instrumento decisivo para se alcançarem os objectivos estratégicos da Declaração de Lisboa. b) O reconhecimento que as TIC contribuem para o

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

incremento da qualidade de vida dos cidadãos promovendo oportunidades para uma maior participação e acesso à informação como forma de eliminar barreiras e discriminações sobretudo para os cidadãos com necessidades especiais e para os cidadãos mais idosos. c) O facto de existirem grupos de cidadãos no seio da União Europeia que não utilizam regularmente a Internet (cerca de 57%); o facto de apenas 10% dos cidadãos com mais de 65 anos de idade utilizarem a Internet ao invés do grupo de cidadãos entre os 16 e os 24 anos de idade que apresentam uma taxa de utilização de 68%; o facto de apenas 24% dos cidadãos com baixo nível de literacia utilizar a Internet ao invés dos cidadãos que apresentam níveis mais elevados de literacia apresentarem um valor de 73% no que diz respeito ao uso da Internet; e, ainda pelo facto de apenas 32% dos desempregados acederem à Internet; por último, referir que apenas 15% dos cidadãos com necessidades especiais utilizem a Internet. d) Como consequência dos factos mencionados, pretende-se implementar uma política de «*eInclusion*» que venha a eliminar a existência desta «fractura digital» para que as TIC venham a ser utilizadas de forma sistemática por todos os cidadãos para que se extinga a exclusão que agora se vive. A «*eInclusion*» visa o aumento da performance económica, mais oportunidade de emprego, melhor qualidade de vida e uma melhor participação e coesão social.

Uma outra preocupação e recomendação inscrita na Declaração Interministerial de Riga é a de que cada País e cada Governo promovam iniciativas locais, regionais e nacionais de acordo com os contextos e necessidades das suas populações. Para o efeito foi criada a iniciativa «*i2010 – a European information society for growth and employment*» que inclui linhas de actuação eferentes ao envelhecimento activo, às questões relacionadas com a fractura digital associada aos aspectos geográficos (rural/urbano), à necessária literacia digital e competências associadas e também aos aspectos ligados com as diversidades culturais. A Declaração Interministerial de Riga apresenta um total de 46 pressupostos a implementar permitindo realçar de entre estes aqueles que têm ma relação mais estreita com a população idosa (EU, 2006):

- Pressuposto 6: referente à iniciativa *i2010* que inclui aspectos gerais com uma ligação estreita com o envelhecimento activo.
- Pressuposto 8: relacionado com a iniciativa *eInclusion* onde se reporta aos grupos mais carenciados onde os idosos estão incluídos.
- Pressuposto 9: a necessidade de desenvolver e explorar o potencial mercado das TIC e da Internet junto dos idosos.
- Pressuposto 10: uma atenção particular para os trabalhadores mais idosos de forma a que melhorem as suas condições de empregabilidade através de uma melhoria das suas competências e literacia informática.
- Pressuposto 11: melhoria e facilitação das relações sociais através das TIC para um maior incremento da participação dos idosos.

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

- Pressuposto 12: promoção das tecnologias assistivas e de serviços baseados nas TIC ao nível da saúde, dos serviços sociais e dos serviços públicos em geral onde se incluem os cidadãos mais idosos.
- Pressuposto 20: promoção de iniciativas e de medidas que promovam a literacia digital através da educação formal e informal para grupos desfavorecidos onde os idosos estão incluídos.
- Pressuposto 41: obtenção de respostas para as necessidades dos idosos com consequentes melhorias nas suas condições de vida e em meio laboral, nos cuidados de saúde quer no domínio privado quer no domínio público.

Iniciativa i2010: Plano de Acção «Tecnologias da Informação e das Comunicações e Envelhecimento»

A *Iniciativa i2010* surge como uma resposta da União Europeia na sequência dos pressupostos enunciados pela Declaração Interministerial de Riga que tem como principais objectivos a melhoria da qualidade de vida dos idosos ao nível dos cuidados de saúde, da assistência social na promoção de condições para a criação de uma base industrial bem consolidada no domínio das TIC vocacionada para a problemática do envelhecimento dos cidadãos europeus (EU, 2007).

O plano de acção da *Iniciativa i2010* visa atingir três diferentes domínios:

- Envelhecer bem no trabalho: este objectivo tem como principal preocupação criar condições para um envelhecimento activo no trabalho que se venha a traduzir numa permanência mais prolongada dos cidadãos em actividade laboral com melhores condições com o auxílio das TIC na promoção de práticas inovadoras de trabalho mais flexíveis, com a aquisição de competências digitais e com uma aprendizagem assistida pelas TIC.
- Envelhecer bem na comunidade: uma outra valência que se procura atingir é que através das TIC os cidadãos possam permanecer socialmente activos e criativos através das redes sociais com redução do isolamento social, especialmente em regiões rurais e em regiões de baixa densidade populacional.
- Envelhecer bem em casa: a terceira preocupação reside na introdução das TIC por forma a que as tecnologias tenham uma valência «assistiva» que permita aos cidadãos gozar uma vida mais saudável e uma melhor qualidade de vida traduzida num maior nível de autonomia, independência e dignidade.

Apesar da «dignidade» dos objectivos propostos, a aplicação tem sido complicada dado que vários factores, tais como, a baixa sensibilização e visibilidade no mercado, como a falta de normas e interoperabilidade e a falta de certezas quanto à sustentabilidade dos modelos empresariais têm vindo a obstaculizar estas medidas atrás mencionadas (EU, 2007). Os idosos surgem como um grupo «frágil» por diversas razões que se prendem com a sua situação

pessoal: rendimentos, nível de literacia e/ou de educação, problemas de saúde, localização geográfica, questões de género e mesmo a possibilidade de possuírem algumas deficiências. Aliadas a estas questões limitadoras podem ainda ser acrescentadas questões relacionadas com a complexidade das tecnologias e o facto dos produtos e serviços ainda não estarem adaptados ou adequadamente disponíveis para satisfazerem as necessidades dos utilizadores mais idosos. Tal como é alertado pela EU (2007) se não forem tomadas medidas, esta situação irá verificar-se também para os «futuros idosos» devido à rápida evolução tecnológica que se tem vindo a assistir.

A implementação das medidas terá uma consequência positiva não apenas para os cidadãos como também para as empresas e para as autoridades europeias. Para os cidadãos representará uma melhor qualidade de vida e melhores condições de saúde que permitirá uma maior longevidade (também no trabalho) permitindo aos mais idosos a possibilidade de uma actualização regular das suas competências e, ao mesmo tempo, uma maior participação cívica e social. Para as empresas serão criadas mais oportunidades no mercado através de uma mão-de-obra mais qualificada e, conseqüentemente, mais produtiva. Para as autoridades europeias porque se prevêem significativas reduções de custos nos cuidados de saúde e da assistência social.

Portugal: Iniciativas Nacionais no âmbito das TIC

Em Portugal a população residente em 1991 apresentava um valor próximo dos 10 milhões de habitantes: 9 867 147. No ano de 2001 verificou-se um aumento de cerca de 5% que permitiu ultrapassar os 10 milhões de habitantes: 10 356 117. Em relação ao grupo dos idosos com 65 e mais anos este valor passou de 1 342 744 em 1991 para o valor de 1 628 596 no ano de 2001. Este grupo de cidadãos é um grupo considerado muito «problemático» pelo facto de ser constituído por cidadãos economicamente não activos que vivem de pensões de baixo rendimento, que de um modo geral se encontram sozinhos sem o apoio de retaguarda de familiares dado que a coabitação e a cooperação intergeracional é praticamente inexistente. Este grupo de cidadãos tem vindo a aumentar em detrimento da população economicamente activa o que vem provocar um aumento de encargos crescente no seio da sociedade. Neste particular Portugal não diverge muito da realidade da UE-27 partilhando também as questões que envolvem as TIC e que colocam os idosos no grupo dos info-excluídos. Portugal, à semelhança de outros países da UE-27 desenvolveu um conjunto de iniciativas decorrentes das indicações da Declaração Interministerial de Riga e da *Iniciativa i2010* mas as preocupações nacionais relacionadas com as TIC já são anteriores como se pode verificar através da breve síntese cronológica de diferentes iniciativas que se passam a enumerar:

- Livro Verde da Sociedade da Informação em Portugal (1997)
- Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (1999)

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

- Ligar Portugal – Plano de Acção Nacional para a Sociedade da Informação (2005-2010)
- Plano de Acção Nacional para o Crescimento e Emprego (2005-2008)
- Estratégia Nacional para um Desenvolvimento Sustentável (2006-2015)
- Plano de Acção Nacional para a Inclusão de Cidadãos com Necessidades Especiais (Agosto de 2006)
- Plano de Acção Nacional para a Inclusão (2006-2008)
- Resolução 96/99: e-Acessibilidade de websites do sector da Administração Pública Central e Local
- Resolução 110/2003: Programa Nacional para a participação de Cidadãos com Necessidades Educativas Especiais na Sociedade da Informação
- Resolução 120/2006: Plano de Acção Nacional para a Inclusão de cidadãos com deficiências
- Resolução 9/2007: Plano de Acção Nacional para a Acessibilidade
- Resolução 155/2007: Linhas de orientação para a *e-Acessibilidade* nos websites da Administração Pública.

Estes são alguns dos exemplos que demonstram a atenção que Portugal tem vindo a desenvolver em prol de políticas que fomentem a info-inclusão dos cidadãos particularmente para os grupos mais carenciados e necessitados.

Mais recentemente, com a entrada em funções do XVII Governo Constitucional foi lançado o Plano Tecnológico considerado como fundamental para a mudança da sociedade portuguesa visando mobilizar as empresas, as famílias e as instituições para que, com o esforço conjugado de todos, possam ser vencidos os desafios de modernização que Portugal enfrenta. No quadro desta agenda, o Governo assume o Plano Tecnológico como uma prioridade para as políticas públicas (Plano Tecnológico, 2005). O Plano Tecnológico baseia a sua acção em três eixos:

- Conhecimento: Qualificação dos portugueses para a sociedade do conhecimento com a elevação dos níveis educativos médio dos portugueses com a implementação da aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os cidadãos para a sociedade do conhecimento.
- Tecnologia: vencer o atraso científico e tecnológico do país com o privilégio da criação das condições para uma maior empregabilidade e para actividades de I&D.
- Inovação: Fomento da flexibilização e adaptação do tecido produtivo como consequência da globalização através de novos processos e formas de organização de serviços e produtos.

O Plano Tecnológico abarca praticamente todas as áreas sociais e produtivas podendo destacar-se a medida «e-agenda» com o objectivo de possibilitar a marcação de consultas no médico de família, por meios não presenciais, com recurso a plataformas tecnológicas multi-canal (Internet, telefone, sms, etc.), envolvendo os serviços de saúde dos cuidados primários (centros de saúde, unidades de saúde familiares – USF) (Plano Tecnológico, 2005). Uma outra medida que foi criada em 2008, designada por «balcão sénior» tem como população alvo os idosos e que se pretende que esteja localizado nas Juntas de Freguesia com o objectivo de facultar informações sobre a Segurança Social e as pensões de reforma. O objectivo do Governo ao colocar as novas tecnologias ao serviço dos mais idosos, prevê a simplificação administrativa, uma maior descentralização como forma de incrementar a coesão social e a igualdade.

Os Idosos e as TIC: Dados estatísticos

Em termos de alguns dados estatísticos que se passam a apresentar, ainda que de uma forma resumida, servem para ilustrar a situação presente no que diz respeito à cobertura de banda no seio da União Europeia dos 27 países membros e ao nível da literacia digital com especial incidência nas disparidades encontradas nos principais grupos de risco onde se incluem os idosos.

Como se pode observar pelo Gráfico 1, a União Europeia dos 27 países apresenta uma taxa média de cobertura de banda larga que se situa em 89,3% do total da sua população. Quando se faz uma observação mais particularizada pode-se afirmar que a grande maioria destes países já ultrapassou o valor de 80%. Quatro países já possuem 100% de cobertura: Reino Unido, Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo. Neste conjunto de países a Grécia é o país que apresenta a pior performance com um valor que tende a aproximar-se dos 20% de cobertura nacional. Neste particular, Portugal pode regozijar-se porque apresenta um valor acima da média da EU-27 cifrando-se acima dos 90%.



Gráfico 1: Cobertura, em termos percentuais, com banda larga na EU-27 (Fonte: Commission services, 2007)

A Tabela 1 que se passa a apresentar contém dois tipos de dados de acordo com vários grupos de cidadãos: Competências relacionadas com a utilização da Internet e Competências relacionadas com a utilização do computador. A comparação destes grupos de cidadãos pouco difere nos valores quando se compara a variável «Internet» com a variável «Computador», apesar de serem ligeiramente mais positivos nesta última para todos os grupos considerados. Estes dados demonstram de uma forma bastante clara e objectiva que são dados muito «penalizadores» para uma Sociedade do Conhecimento que se pretende inclusiva e universal no âmbito das TIC. Como se pode verificar, a partir dos dados recolhidos pelo *Survey* implementado pelo *Eurostat* de 2006, em termos gerais, as competências dos cidadãos da EU-27 ainda são muito baixas, situando-se cerca dos 60% do total desta população. Mas os valores são realmente «catastróficos» quando se analisam os grupos já identificados como sendo os grupos info-excluídos, com excepção para os desempregados que se pressupõem possuir uma idade inferior aos 55 anos. Considerando o grupo dos idosos verifica-se que este é sem sombra de dúvidas aquele que apresenta os piores resultados com a agravante dos resultados serem tanto mais negativos quanto mais idosos são os cidadãos. Estes dados vêm corroborar todas as opiniões que advogam uma urgente intervenção neste grupo no âmbito das TIC para que a sua inclusão seja feita a melhor e a mais rápida possível.

Internet User Skills

Internet user skill level	EU total	Low educated	Aged 55-64	Aged 65-74	Retired/inactive	unemployed	women
Never used	43	67	65	85	76	48	47
Have some degree of internet skills	57	33	35	15	24	52	53
Computer User Skills							
Computer user skill level	EU total	Low educated	Aged 55-64	Aged 65-74	Retired/inactive	unemployed	women
Never used	41	65	61	83	73	44	44
Have some degree of computer skills	59	35	39	17	27	56	56

Tabela 1: Literacia digital de acordo com diferentes grupos de cidadãos relativamente às competências de utilização da Internet e às competências relacionadas com a utilização do computador (Fonte: Eurostat – Community Survey on ICT in Households and by Individuals, 2006)

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

O Gráfico 2 vem tornar ainda mais evidente a disparidade da literacia digital de entre os grupos considerados mais info-excluídos. O grupo que apresenta um valor mais baixo é constituído pelos idosos com 65 e mais anos de idade, tal como já tinha sido verificado pelos valores da Tabela 1. Contudo, não se pode escamotear o facto do grupo que se lhe segue ser constituído pelos cidadãos inactivos e/ou reformados que serão também eles pertencentes, na sua maioria, ao grupo dos cidadãos mais idosos. Quer isto dizer, através dos dados atrás apresentados que é urgente a tomada de medidas efectivas para que os idosos tenham uma especial atenção no que diz respeito a uma rápida info-inclusão para que possam ser melhoradas as suas condições de vida que propiciem e fomentem um adequado envelhecimento activo.

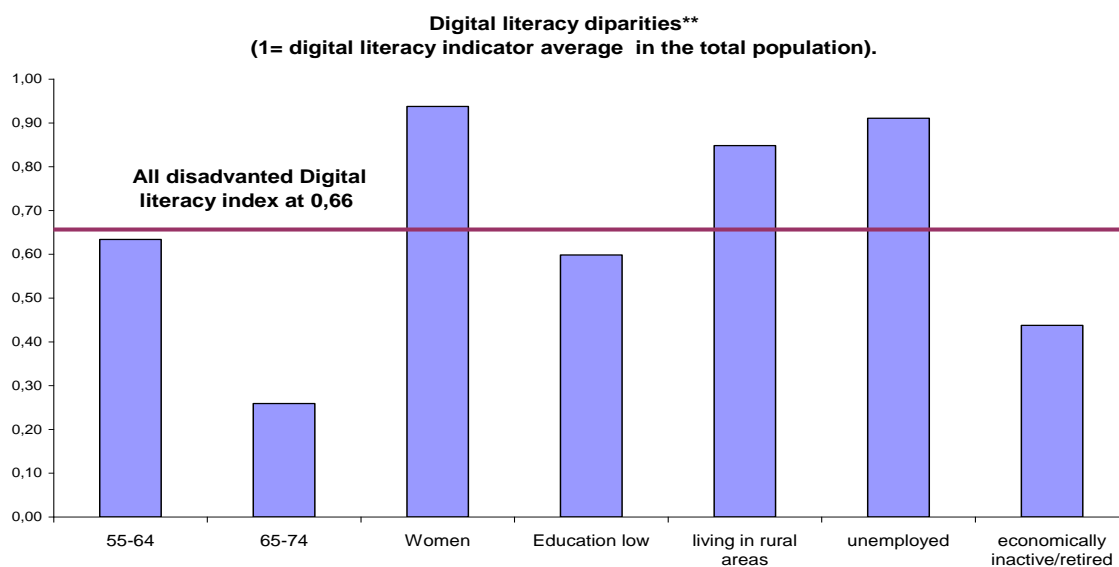


Gráfico 2: Diversidade de níveis de literacia entre os grupos mais info-excluídos (Fonte: Uurostat, 2007)

Fomentar o envelhecimento activo através das TIC

O conceito de envelhecimento é entendido pela WHO (2002, 12) como:

“The process of optimising opportunities for health, participation and security in order to enhance quality of life as people age. Active Ageing applies to both individuals and groups. It allows people to realise their potential for physical, social, and mental well-being throughout their lives and to participate in society according to their needs, desires, and capacities, while providing them with adequate protection, security and care when they require assistance.”

Envelhecimento activo quer dizer, por outras palavras, que se refere a um processo contínuo dos idosos em diferentes níveis: social, económico, cultural, espiritual e cívico. O que se pretende é que o idoso possa manter a sua independência e a sua autonomia. Todas as políticas e práticas de envelhecimento activo são encorajadas através da aprendizagem ao longo da vida, através do prolongamento da actividade laboral/vida activa com uma possível suspensão da reforma e o envolvimento em actividades físicas que promovam a manutenção

da saúde. Estas políticas que visam a integração de programas de saúde em meio laboral é fundamental porque trabalhadores saudáveis poderão trabalhar mais anos e, associados a uma política de mobilidade e de flexibilidade poderá existir uma maior motivação para que estes se mantenham entre a população activa. Neste contexto, as TIC ainda constituem um certo entrave dado que os trabalhadores mais idosos não se sentem muito à vontade com as novas aplicações informáticas. Há ainda alguns estereótipos relativos aos idosos e às suas necessidades tecnológicas em relação à existência de diferentes grupos de idosos e a correspondente articulação das TIC com estes diferentes grupos. Tem que se assumir que pessoas a partir dos 55 anos constituem um grupo heterogéneo. O envelhecimento constitui um processo complexo que varia entre grupos e entre indivíduos.

Tal como afirma Cutler (2006) os idosos lutam com a imagem corrente que associa as TIC aos jovens e que não os reconhece como um potencial grupo de utilizadores. É muitas vezes assumido que as TIC têm uma ligação muito íntima com os jovens. Algumas das principais razões pelas quais os idosos não se sentem atraídos pelas TIC tem a ver com o facto de terem tido pouca exposição e acesso a essas tecnologias, têm pouca convivência com crianças (vivendo sob o mesmo tecto) e porque deixaram de trabalhar antes da utilização e massificação das TIC e a contínua evolução e actualização das novas tecnologias (hardware e software) incrementam essas dificuldades (Seldwyn et al, 2003). Neste sentido, Borges (2008) refere que é fundamental que as tecnologias tenham uma abordagem centrada nas pessoas o que implicará que os idosos sejam envolvidos nos processos de investigação e que as suas vozes sejam ouvidas para que as suas necessidades individuais possam ser satisfeitas. Os idosos deverão ser envolvidos não apenas como simples utilizadores mas como conselheiros no processo de planeamento e das abordagens de ensino/aprendizagem para que este seu maior envolvimento promova uma maior motivação e interesse na utilização das TIC. Para o efeito, é necessário que sejam incorporadas novas áreas de interesse e de conhecimento e diferentes fases/etapas/níveis de aprendizagens mais flexíveis e mais abrangentes (Boulton-Lewis, Buys e Lovie-Kitchin, 2006).

Na opinião de Seldwyn et al (2003), as tecnologias não podem ser ignoradas e estão inseridas nas políticas sociais, em especial, para as pessoas idosas o que vem legitimar a sua importância no processo do envelhecimento activo, pelas seguintes razões:

First, it is *intergenerational* in the sense that technology has the ability to improve the situation and quality of life for *all* people. Secondly, technology is important to a social policy of ageing because it pervades *every aspect of life* and has the potential for assisting with many of the 'traditional' problems associated with ageing... Thirdly, technology is *pluralistic and preventative*. It is about facilitating communication which can enable people, of whatever race, age or gender, to participate as citizens in decision-making and can empower people as they shop, vote and seek expert help 'on line' in all areas of policy. Technology can assist us to overcome some of the barriers already noted between conventional policy areas such as housing, health and social services, education and work, in order to create a 'seamless' service."

Currículo «Geronto-Digital»: Propostas e reflexões finais

A «ambiência» tecnológica pode ser caracterizada de acordo com três áreas tecnológicas (Oestlund, 2008):

- Computação ubíqua que consiste na integração de computadores, sensores e «actuators» nos objectos do dia-a-dia;
- Comunicações ubíquas que permitam a comunicação entre pessoas/objectos, redes, auto-organização, personalização em contexto adequado;
- Cooperação computador-homem o que significa uma interacção «humanizada» multimodal baseada no discurso, emoção, uma componente gestual e pele artificial.

No futuro os desenvolvimentos das tecnologias emergentes deverão consistir na robótica, em novos materiais e em sensores. O conceito de «ambiência» tecnológica oferecerá inúmeras possibilidades (em casa, na rua, nos transportes, como condutor ou como passageiro, nos edifícios públicos...). Quando os sistemas informáticos [as TIC] se tornarem úteis e houver formação adequada às necessidades dos idosos então os idosos começarão a fazer parte da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em vez de se tentar modificar os idosos, os idosos é que devem ser envolvidos para modificarem as TIC. Deve-se tentar que se faça um 'reshaping' das TIC para que melhor se adequem aos idosos pela falta de 'substância' e de utilidade que os idosos conferem às presentes TIC (Seldwyn et al, 2003). O «intervalo/espço» cultural e experimental entre os investigadores e os idosos são mais evidentes no que diz respeito às TIC. Mesmo sabendo-se que existem sempre dificuldades na interligação entre os novos produtos tecnológicos e os seus potenciais utilizadores, este problema é incrementado quando os utilizadores são idosos. Pois, tal como é afirmado por Eisma et al (2004), enquanto que para os jovens se torna difícil encarar as actividades diárias sem as TIC, os idosos não sentem essa falta. No mesmo sentido também Harley e Fitzpatrick (2008) referem que as tecnologias que temos em casa foram desenhadas para outros contextos (meio laboral) e com outras preocupações (produtividade e eficácia) e, por isso mesmo, estão descontextualizadas para outros fins (idosos) e também as inovações que se têm produzido nas TIC têm em consideração os jovens que são entendidos como sendo os únicos utilizadores destas tecnologias.

Não se deverá esquecer que o envelhecimento cognitivo é um processo individual e a perda de faculdades com a idade varia de idoso para idoso. O nível de funcionamento cognitivo de cada um pode variar muito em variados períodos temporais. Por isso, os idosos constituem um grupo muito heterogéneo e devem ser encarados como tal, havendo muitos idosos que gostam das TIC, se sentem confortáveis a utilizá-las e estão aptos a aprender e a aprofundar os seus conhecimentos. Os idosos sentem que o processo de aprendizagem constitui para eles uma tarefa que requer mais esforço e mais tempo quando comparados com os jovens. Contudo,

situações que permitam treinar e exercitar os conhecimentos obtidos aliados a um apoio formativo vem incrementar a utilização das TIC pelos idosos.

Muitas vezes os idosos sentem que o esforço para aprender a lidar com as TIC não compensa. Por exemplo, ir ao banco em vez de uma transação on-line, pode propiciar encontro com amigos, uma conversa com o funcionário bancário, exercício físico... que pode ser muito mais importante e significativo para os idosos. Também há uma certa tendência em se assumir que os idosos estão apenas interessados em obter informações relacionadas com a saúde mas estas informações podem não ser as mesmas para todos os idosos e, muitas vezes não o são.

A formação só terá êxito se o discurso não for demasiado técnico e com «metáforas» informáticas, é preciso dar tempo (muito tempo) para se realizarem exercício de aplicação ou para se realizarem experiências de aprendizagem, sentir que o apoio está realmente disponível, poder trocar impressões e sentir que os seus pares também têm dificuldades... é importante que haja um sentimento de partilha e de comunhão («togetherness») que permita a aprendizagem cooperativa (Aula, 2005). De acordo com Seldwyn et al (2003) a utilização das tecnologias pode definir o tipo de sociedade em que vivemos e referem ainda que só quando os sistemas informáticos se tornarem úteis e houver formação adequada às necessidades dos idosos então os idosos começarão a fazer parte da Idade da Informação... e que a «Sociedade do Conhecimento», não se pode ignorar, é também cada vez mais a «Sociedade do Envelhecimento»: este é o grande e interessante desafio que temos que alcançar!

Bibliografia

- Aula, Anne. (2005). User study on older adults' use of the Web and search engines. *Verlag*, 7, 45-61.
- Borges, I. (2008). *Older people and Information and Communication Technologies – An ethical approach*. AGE – The European Older People's Platform.
- Boulton-Lewis, G., Buys, L. & Lovie-Kitchin, J. (2006). Learning and active aging. *Educational Gerontology*, 32, 271-282.
- Cutler, S. J. (2006). Technological Change and Aging. In: Binstock, R. & George, K. (eds.). *Handbook of Aging and the Social Sciences* (pp. 257-276). Amsterdam: Elsevier Academic Press.
- Eisma, R. Et al. (2004). Early user involvement in the development of information technology-related products for older people. *Univ. Access Inf Soc*, 3, 131-140.
- EU. (2006). Riga Ministerial Declaration – ICT for an inclusive society. Brussels: European Commission.
- EU. (2007). *Envelhecer bem na sociedade da informação: Uma iniciativa i2010*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

VII Conferência Internacional de TIC na Educação

- Harley, Dave e Fitzpatrick, Geraldine. (2008). YouTube and intergenerational communication: the case Geriatric 1927. *Verlag*, 7, 154-173.
- Oestlund, B. (ed.). (2008). *Young Technologies in Old Hands – an International View on Senior Citizen's Utilization of ICT*. Copenhagen: DJOF Publishing.
- Plano Tecnológico (2008). *Plano Tecnológico – Portugal a Inovar*. Acedido em <http://www.planotecnologico.pt/InnerPage.aspx?idCat=31&idMasterCat=30&idLang=1&site=planotecnologico>
- Seldwyn, Neil et al. (2003). Older adults' use of information and communications technology in everyday life. *Ageing & Society*, 23, 561-582.
- WHO (2002). *Active ageing: A policy framework*. World Health Organisation.